

ATA 10/2019 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 25 de Abril de 2019, conforme a convocação o Plenário do Conselho reuniu-se no auditório da Casa dos Conselhos, para a 10ª Assembleia do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, com as seguintes pautas: **1. Informes; 2. Apresentações de novos representantes das ENTIDADES; 3. Análise e encaminhamentos referentes ao baixo número e cirurgias urológicas ofertadas pelos hospitais, nos serviços contratualizados com o município; 4. Encaminhamentos para revisão dos atuais conselheiros ou nomeações de novos representantes referente aos distritos sanitários; 5. Apresentação e encaminhamentos sobre dados e conteúdos das emendas parlamentares em andamento e/ou planejadas para serviços, equipamentos, custeios, e em especial para as obras de unidades para a SMS; 6. Apresentação da CIST referente às visitas nos terminais de ônibus.** Estiveram presentes 32 conselheiros (as) e 23 visitantes que assinaram o livro de registros das presenças. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro, Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretária da Assembleia, Tânia Bighetti, deram início a reunião.

1. Informes do Coordenador da Mesa. Na próxima sexta-feira, 26/04, às 8h30m teremos reunião da Comissão de fiscalização, solicitamos aos integrantes para se fazerem presentes. O CMS esteve representado pelos conselheiros Belletti e Jaime no 31º CONGRESSO DO COSEMS-RS, realizado na cidade de Bento Gonçalves, com o custeio de despesas pela organização do evento. No próximo boletim estaremos apresentando uma síntese sobre nossa participação. Foi a primeira vez que os representantes do controle social estiveram presentes. Alguns municípios e o CES enviaram trabalhadores ao invés de apenas usuários, como haviam nos informados. As despesas, em grande parte, foram custeadas pela FIO CRUZ. Belletti relata que houve, junto ao CES/RS uma contestação a respeito da 14ª Conferência Municipal de Saúde, noticiaremos assim que tivermos mais conhecimento do assunto. A Escola Louis Braille está requerendo o atestado de Pleno e Regular Funcionamento para fins de manter o cadastro junto a Gestão estadual. O Hospital da Santa Casa nos enviou a nominata da nova Direção. Recebemos a ata do Conselho Local da Unidade de Saúde Ponte Cordeiro de Farias. A entidade ABIG (Associação Beneficente Inova Guabiroba) realizará uma carreata para a campanha do agasalho no dia 2 de junho de 2019 às 18h. Recebemos ofício da Câmara dos Vereadores convidando para no dia 2 de maio de 2019 às 19h quando ocorrerá audiência pública para debater a proposta do adicional de Saúde da Família.

Da Secretaria de Saúde: O Secretário interino Leandro Thurow compartilha a participação no Congresso do COSEMS, em Bento Gonçalves, onde foram dias de muitas atividades, conseguimos participar de algumas, onde na terça-feira foram apresentados mais de quinhentos trabalhos e experiências exitosas das mais diversas categorias. A cidade de Pelotas teve sua maior participação com seis trabalhos selecionados para amostra e dois trabalhos para apresentação na Fiorocruz, destes seis trabalhos, três foram selecionados para apresentação no Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde que acontecerá de 2 a 5 de julho de 2019 em Brasília. Na categoria Atenção Básica Pelotas ficou em 3ª lugar com experiência desenvolvida na Unidade de Saúde Sítio Floresta onde existia esgoto a céu aberto e a equipe, se envolveu na construção de uma solução para a problemática.

Da 3ª Coordenadoria Regional de Saúde: sem manifestação.

Informes dos Conselheiros: Celso Gonzaga convida para o evento, campanha do agasalho, a qual já se realiza a 7 anos e neste 2019 será realizado no dia 2 de junho às 18h no Bairro Guabiroba. Diz ainda, que está participando do NUMESC onde se já fez diversas atividades relacionadas ao Controle Social. Cleber Kichkofel representante do Sindicato de Alimentação informa que terça-feira esteve com a esposa no Pronto-Socorro e estava lotado o conselheiro diz que chamou sua atenção o quantitativo de pessoas precisando leitos de internação. No local onde estávamos tinha apenas dois técnicos de

enfermagem fazendo várias tarefas ao mesmo tempo, é preocupante a situação. Jaime Fonseca representante da ABIG registra que foi proveitoso a ida no Congresso do COSEMS principalmente pela troca de experiências com outros municípios. Referente aos seis trabalhos apresentados o conselheiro propõe que os selecionados apresentem seus trabalhos ao Conselho. Wilmar Costa, representante da OAB, comenta sobre a pauta debatido na última Plenária, Violência Obstétrica, fala da importância de haver denuncia para que as autoridades competentes possam investigar, o próprio enuncia telefones de contato de alguns setores que podem auxiliar: Secretaria de Saúde 32849508 – Conselho de Saúde 32796555 – Conselho Regional de Medicina – 32271363. O Coordenador Luiz Belletti fala da necessidade de se discutir sobre a Atenção Básica, por exemplo, os cartazes com a quantidade de atendimento limitada, na entrada das UBS, esse é um dos problemas a ser debatido entre outros. O Sr. Leandro Thurow acrescenta que o assunto é pertinente a ser discutido e a Secretaria de Saúde esta aberta para pleitear este assunto.

2. Apresentações de novos representantes das ENTIDADES. O Hospital Universitário São Francisco de Paulo indicou a Sra. Cintia de Oliveira como representante titular. O CRFONO indicou a Sra. Caroline Dias Guimarães, como nova representante titular devido as representantes anteriores terem pedido afastamento. O SIMERS indicou o médico, Sr. Paulo da Cruz Barragan como novo representante titular.

3. Análise e encaminhamentos referentes ao baixo número e cirurgias urológicas ofertadas pelos hospitais, nos serviços contratualizados com o município. A Secretária de Plenária, Tânia Bighetti, lê o parecer da Comissão Técnica e de Finanças do dia 26 de Março de 2019. Após muito debate, os presentes na Comissão encaminharam pela SMS apresentar ao Plenário um relato sobre os quantitativos realizados de cirurgia urológica, e o quantitativo na fila de espera. Devendo a fiscalização do CMS, e os integrantes da CAC, continuarem acompanhando a situação, e trazer novamente ao debate do Plenário, se necessário. OBS: De ser observado durante a Plenária a lei 8080/90, e a legislação referente à filantropia. Obs. 2 – Lei 12.101 (27.11.2009) *Art. 4ª Para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a entidade de saúde deverá, nos termos do regulamento: I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; (Redação dada pela Lei nº 12.868, de 2013) (Vide Lei nº 13.650, de 2018). II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento); § 1ª O atendimento do percentual mínimo de que trata o caput pode ser individualizado por estabelecimento ou pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, desde que não abranja outra entidade com personalidade jurídica própria que seja por ela mantida. § 2ª Para fins do disposto no § 1ª, no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado aquele vinculado por força de contrato de gestão, na forma do regulamento. § 3ª Para fins do disposto no inciso III do caput, a entidade de saúde que aderir a programas e estratégias prioritárias definidas pelo Ministério da Saúde fará jus a índice percentual que será adicionado ao total de prestação de seus serviços ofertados ao SUS, observado o limite máximo de 10% (dez por cento), conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Saúde. (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013). § 4º Na hipótese de comprovada prestação de serviços pela entidade de saúde, sem a observância do disposto no inciso I do caput deste artigo, que dê causa ao indeferimento ou cancelamento da certificação, o Ministério da Saúde deverá informar aos órgãos de controle os indícios da irregularidade praticada pelo gestor do SUS. (Incluído pela Lei nº 13.650, de 2018).* A Drª Rosângela Aveiro, representante da Secretária de Saúde, faz breve comentário da situação. A urologia assim como a otorrino, assim como a ortopedia, hematologia são gargalos nacionais, são dificuldades do nosso País, temos bastantes funcionários que trabalham pelo País, mas pouquíssimos profissionais que se dispõe a trabalhar no SUS. Foi apresentado um quantitativo na Comissão Técnica, solicitado pelo Conselho de Saúde, o total de cirurgias urológicas realizadas

pelo município, fizemos uma série histórica dos últimos 6 meses e deu uma média de 50 cirurgias urológicas mês realizadas no município de Pelotas, através dos quatro prestadores. A Sr^a. Rosângela esclarece que a cirurgia urológica não são realizadas somente por urologista, cirurgia urológica postectomia pode ser realizada por ginecologista, por cirurgias pediátricas em crianças com menos de 12 meses, existe cirurgias do aparelho urinário femininas que são realizadas pelo ginecologista. Como o foco do debate é cirurgia urológica, realizada por urologista, esse número de 50 cirurgias mês decai para 30. O município de Pelotas tem um total de 360 cirurgias ano realizadas por urologistas, lembrando que, todos os quatro prestadores realizam. Em seis meses o Hospital Beneficência Portuguesa realizou 31 procedimentos, o Hospital Universitário São Francisco de Paula 72, o Hospital Escola 64 e a Santa Casa 12. Dá um total de 180, divididos por 6 meses, resulta em 30 cirurgias por mês. Os pacientes aguardando na fila são 248 pessoas para realizar cirurgias urológicas dentro dessa especificação, quando recebemos essa demanda, a Central de Regulação fez *recall* através do vigileiros, ligamos para as 248 pessoas, e o número decaiu para 159, sendo que 50 pessoas, das 248, não realizarão cirurgia por outros motivos. E 39 pessoas, das 248, não houve condições de contato, mesmo ligando por três dias em horários alterados, ainda assim, não obtivemos sucesso. Esse grupo de 39 pessoas a documentação retornará para a unidade de origem. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, expõe que dentro dos problemas da urologia, o Hospital Escola necessita de mais dois anestesistas que poderiam agilizar na fila de espera. A Santa Casa quando acertou a contratualização ficou no compromisso, através do Administrador Mário Luz, de levar o assunto a Direção sobre prestar algum serviço da urologia e na época tínhamos pedido a questão do LEOC o qual no momento é realizado em Porto Alegre. O mesmo questiona por que o LEOC é oferecido em convênios particulares e para o SUS não estão ofertando, por fim, encaminha para discutir com a comissão de contratualização como melhorar o acompanhamento da cirurgia urológica. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG coloca que é preciso buscar soluções aos gargalos, questiona que num aguardo de seis meses, o paciente transita em locais como UPA, Pronto-Socorro e Unidade Básica, e questiona como fazer para diminuir esse tempo de espera. A conselheira Beatriz representante do Hospital Escola informa que estamos com problema do profissional anestesista, temos sete profissionais, e é insuficiente, não cobre a escala, considerando férias e abonos. Em função disso, não está conseguindo realizar, não apenas as cirurgias urológicas, mas também qualquer outro procedimento cirúrgico. Atualmente temos uma sala em funcionamento, considerando que temos a maternidade porta aberta, por isso, não colocamos dois pacientes em procedimentos simultâneos, além disso, fizemos frente com o Ministério Público, a Secretaria de Saúde contratou profissionais para auxiliar por três meses, após o término contrato não conseguimos dar continuidade. O conselheiro Pablo Cunha representante do SINDISERF expõe que a Santa Casa tem condições de ofertar o serviço, mas não oferta, indaga o conselheiro. Na minha percepção é o SUS patrocinando o atendimento particular, se for isso, é caso para o Ministério Público. A conselheira Rosângela responde ao conselheiro Jaime que quando começou a falar que a cirurgia de urologia era um gargalo, não é para justificar, apenas para esclarecer que a problemática é nacional. Quando falei em 50 pessoas, essas não tinham mais interesse, além do mais três faleceram, entretanto, nenhum óbito estava ligada a essa situação. A Central de Regulação é composta por um sistema, esse sistema é que prioriza ou não a situação, ademais, existe um médico regulador que autoriza as cirurgias eletivas, clinicamente a internação e as justificativas dessas cirurgias, recordando, não há como saber a via sacra dos pacientes, se não fomos informados, se o paciente foi a Pronto-Socorro e piorou e não foi informado no sistema, não tem como o médico saber que o paciente está evoluindo para uma piora do quadro clínico. Há necessidade de o sistema ser alimentado com informações e para isso precisa ter ação do paciente

que está doente informar a Secretaria de Saúde. Quanto às condições de termos de fazer a LEOC, a Santa Casa possui um aparelho próprio, isto é, não pertence ao município de Pelotas, no passado, trabalhamos por 12 meses para tentar fazer uma contratualização dessas LEOC, inclusive, com incentivo na tabela, não houve profissional médico que quisesse utilizar aparelho da Santa Casa e fazer a LEOC. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG quanto a palavra descrita urgente nos sistemas de referência até hoje vemos este tipo de situação, temos que tomar uma posição mais enérgica, por que se o médico não descrever com detalhes o paciente aguardará muito mais tempo a ser chamado. E para concluir o conselheiro cita os profissionais do vigileitos os quais são altamente capacitados que poderão nos ajudar. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, propõe que seja feita reunião para discutir sobre a criação de um protocolo para estabelecer o que é urgência ou não, cita exemplo de uma senhora a qual necessitava tirar um rim e o Hospital Escola não reconheceu como urgência, depois entrou com processo judicial, o qual não foi necessário por que a Direção do Hospital Escola junto com os profissionais reconheceram o caso e chamaram à paciente. Os conselheiros presentes após ouvir a exposição da apresentação realizada pela SMS, e pelos argumentos da Mesa Diretora do Conselho, e ainda pelas sugestões das Comissões, e em consonância com a Lei 12.101/2009 aprovaram os seguintes encaminhamentos: a) De se reivindicar junto a Promotoria Pública Federal a intervenção para a EBESERH, destinar no mínimo mais dois anestesistas ao HE para aumentar o número de cirurgias; b) De ser reivindicado ao Hospital da Santa Casa uma maior destinação de serviços Urológicos, inclusive os procedimentos de LEOC; c) De a SMS criar protocolos e procedimentos administrativos para atendimento com prioridade aos casos com maior gravidade, e a antecipação nas cirurgias, tendo como exemplos as pessoas que estão utilizando sondas, retiradas de rins, pacientes com frequentes internações e ou ingressos no PSP com quadro agudo por problema renal e outros semelhantes; d) De a fiscalização do CMS, e os integrantes da CAC, continuarem acompanhando a situação, e trazer novamente o assunto ao debate do Plenário, se necessário; e) Em não havendo sucesso nas negociações o problema relacionado a insuficiência de cirurgias urológicas, deve ser encaminhado para as Promotorias Públicas. As considerações foram aprovadas por (26) Vinte e Seis votos favoráveis e teve (1) Uma abstenção. **4.**

Encaminhamentos para revisão dos atuais conselheiros ou nomeações de novos representantes referente aos distritos sanitários. A Secretária de Plenária, Tânia Bighetti, enuncia o parecer da Comissão Técnica e de Finanças do dia 26 de Março de 2019. As comissões aprovaram uma sugestão de ser realizada uma reunião com os usuários dos Distritos Sanitários, até o final de abril, e reavaliar todas as indicações, porém com a possibilidade de manutenção dos atuais indicados, para fins de serem regularizadas as pendências existentes. Obs.: No momento, apenas o VI Distrito Sanitário (Colônia) está plenamente regular; o Distrito Sanitário I (Três Vendas Oeste), somente o Paulo Santos participa. O Distrito Sanitário II (Três Vendas Leste), e o Distrito Sanitário III (Centro/Porto) não tem representante; Distrito Sanitário IV (Fragata), só tem a titular indicada; o Distrito Sanitário V (Areal e Praias), só tem o suplente indicado, mas não tem comparecido as reuniões. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, propõe de realizar uma reunião ampla onde deverão ser chamados os Usuários dos Distritos Sanitários I, II, III, IV e V, em especial os integrantes dos Conselhos Locais já constituídos. A reunião deverá acontecer no dia 14 de maio do presente ano, para fins de preenchimento das representações vagas e de ocorrer a discussão dos representantes os quais não comparecem as reuniões. Não havendo manifestação em contrário é aprovado por unanimidade (30) Trinta votos. **5. Apresentação e encaminhamentos sobre dados e conteúdos das emendas parlamentares em andamento e/ou planejadas para serviços, equipamentos, custeios, e em especial para as obras de unidades para a SMS.** Parecer da COMTEC: A SMS deverá realizar uma apresentação sobre as emendas e, em caso ocorra problemas

relevantes (no total e/ou partes), poderá haver novos desdobramentos, inclusive de análise das comissões, e/ou encaminhamentos para análise de outros setores de fiscalização externo. O representante da Secretaria de Saúde, Leandro Thurow, explica o funcionamento das emendas parlamentares, relatando que quando é recebido, o sistema informa a disponibilidade da emenda e muitas vezes, quando ficamos sabendo das emendas temos que agilizar para cadastrar e não correr o risco de perde. Quando recebemos a emenda muitos vezes não temos nenhuma informação do Deputado sobre onde investir, gerando muitas confusões. Entretanto, algumas são bem específicas, por exemplo, a compra de equipamentos e outras vêm para investimento em área mais ampla. O representante da Secretaria de Saúde cita as emendas recebidas no período de 2018 a 2019. Em 2019 temos a seguintes emendas: O Deputado Paulo Pimenta enviou R\$ 110.000,00 para equipamentos (dois veículos de passeio). O Deputado Pompeu de Mattos enviou R\$ 190.000,00 para controle da população de animais em situações excepcionais (uma camionete, um carro de apoio, equipamentos laboratoriais – apontada diligência – só pode ser aplicada para castramóvel) – cadastrada no valor de 189.930,00. A Deputada Ana Amélia em 2019 envia R\$ 1 milhão e o Deputado Paulo Pimenta enviar R\$ 150.000,00 totalizando R\$ 1.150.000,00 em incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção básica em saúde para cumprimento de metas. O Deputado Afonso Hamm em 2019 enviou R\$ 300.000,00 para incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento de metas – proposta favorável aguardando classificação orçamentária. No ano de 2018 temos as seguintes emendas: o Deputado Ronaldo Nogueira envia R\$ 150.000,00 em equipamento (castra móvel) – proposta em análise de pagamento; o Deputado Carlos Gomes envia R\$ 250 mil e o Deputado Pompeu de Mattos envia R\$ 189.970,00, totalizando R\$ 439.970,00 em equipamentos (tablets, autoclaves, mobiliários diversos para UBS) – proposta em análise de pagamento; o Deputado Henrique Fontana enviou R\$ 299.920,00 em equipamentos (equipamentos e mobiliário para o Centro de Especialidades) proposta paga; R\$ 315.344,00 incremento MAC – proposta aprovada para pagamento; R\$ 500.000,00 incremento MAC – proposta aprovada para pagamento; R\$ 180.000,00 incremento PAB – proposta em análise de pagamento; R\$ 463.067,00 incremento PAB – proposta em análise de pagamento; R\$ 200.000,00 incremento MAC – proposta paga; R\$ 500.000,00 incremento MAC – proposta paga. Sobre a UBS Vila Carvalho a mesma teve uma emenda destinada, porém quando o projeto estava pronto, a emenda caiu e não foi possível investir na obra, agora esperamos algum deputado interessado enviar emenda para finalizar a obra. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, comenta que no evento do COSEMS em uma das palestras os Secretários falam muito sobre a falta de consulta dos Deputados com município beneficiado. Tivemos situações onde um município teve de devolver o recurso porque não tinha capacidade de receber a emenda. Boa parte dos presentes direcionaram críticas as emendas parlamentares, por isso, nós aqui precisamos discutir melhor os encaminhamentos das mesma. O conselheiro Pablo Cunha, representante do SINDISERF, discorre que não visualizou a emenda da Deputada Ana Amélia, do ano de 2018, no valor de R\$ 200.000,00 ao Hospital Escola destinado aos equipamentos do bloco III. O conselheiro Jaime Fonseca, representante da ABIG, pergunta qual é a situação do terreno, nas Pedreiras/Monte Bonito onde seria construído uma Unidade de Saúde, com recursos de emendas. Leandro Thurow responde que a Prefeitura tem cessão de um terreno que fica entre as duas unidades (Pedreiras e Monte Bonito). A ideia seria criar uma grande unidade que unisse as duas regiões. O documento do termo de uso é do Governo Fetter ano 2011, com validade até 2021, caso não ser utilizado para o fim, será devolvido para família. Recebemos duas emendas, uma do Deputado Nelson Marchezan e outro Deputado Afonso Hann, as duas unidades necessitavam de um prédio, uma para reforma e outra para ampliação. Posto isso, nos foi passado que haveria interesse

da família ao invés de doar o terreno 30 x 30, nos doar o terreno ao lado, do prédio escolar, que poderia ser reformada e ampliada, todavia, não havia tempo hábil naquela oportunidade para consultar a família, e como havia essa história cadastramos no início de 2017. Fomos procurar a família, e a mesma entende que o espaço deva voltar a ser escola, e não vai doar para construir a UBS. Com isso, fomos para a segunda opção, como o cadastro da emenda foi feito no CNES de Pedreiras somente restou reformar e ampliar a unidade das Pedreiras. Como não tem terreno, tivemos que negociar com a SMED, já que ao lado é o prédio da escola, contudo, levou muito tempo para a construção do projeto. O plano está pronto e será enviado ao processo licitatório, além disto, corremos risco de perder por falta de prazo. O conselheiro Celso Gonzaga, representante da ABIG, se mostra contente em trazer essa discussão ao plenário, a maneira como é distribuída as emendas não é a melhor forma, devemos pensar num modo de distribuição mais eficaz. O conselheiro Pablo Cunha, representante do SINDISERF solicita que o Conselho de Saúde entre em contato com a Vereadores Cristina para verificar a duplicidade das emendas destinadas ao castramóvel. Após o debate o Coordenador da Mesa encaminha para votação: De ocorrer um contato com a Vereadora Cristina através da mesa Diretora do CMS para ajustar encaminhamentos de duas emendas, encaminhadas pela mesma, com a finalidade de aquisição de um castramóvel e correlato, devido ao prazo estar se esgotando. De a SMS esclarecer quais as emendas serão destinadas aos hospitais locais. De ser dado conhecimento ao Plenário o nome dos Deputados destinatários das emendas, nas quais não constava o proponente na apresentação. De a SMS fazer um esforço e priorizar a construção da UBS na Vila Carvalho, a qual já teve recurso destinado e o projeto não foi concluído nos prazos previstos, tendo o município de devolver os valores. Colocado em votação estas propostas foram aprovadas, por unanimidade, (25) Vinte e Cinco votos. **6. Apresentação da CIST referente às visitas nos terminais de ônibus.** Parecer da CIST e COMTEC: O conselheiro Oscar, e outros integrantes da CIST irão apresentar fotos, e comentar rapidamente sobre o encontrado nos terminais e garagens dos ônibus, que estão integrados ao consórcio municipal. Os representantes da CIST, Oscar Balbinot e Carlos Machado com acompanhamento da voluntária Ângela Xavier, apresentaram fotos das visitas nos terminais de ônibus e garagens, realizadas recentemente, as quais farão parte de um relatório a ser enviado ao Ministério Público do Trabalho, para fins de esclarecer dúvidas sobre que tem as obrigações legais para disponibilizar espaços adequados de logística, como sanitários, refeitórios e Vestiários aos trabalhadores do Transporte Coletivo de Pelotas. Foi solicitado por alguns conselheiros de ser apresentada uma nova amostra das fotos de 2017 e 2018 comparando com as realizadas nos últimos dias. Com este encaminhamento aprovado por consenso foi encerrado o ponto e a reunião, desta data. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada às 21h05min, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Tânia Bighetti
Secretária da Assembleia